

PRÁTICA DOCENTE EM GEOGRAFIA: REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS

*TEACHING PRACTICE IN
GEOGRAPHY: REFLECTIONS
AND EXPERIENCES*

*PRÁCTICA DOCENTE EN
GEOGRAFÍA: REFLEXIONES
Y EXPERIENCIAS*

Danilo Carneiro Magalhães

Secretaria Municipal de Educação de
Fortaleza (SME Fortaleza)
Secretaria da Educação do Ceará (SEDUC-
CE)

E-mail: danilocarmag@gmail.com

Resumo:

Este artigo compartilha práticas pedagógicas e experiências desenvolvidas em aulas de Geografia em escolas das redes públicas de ensino municipal de Fortaleza e estadual do Ceará. O estudo foi realizado a partir de três eixos operacionais: o primeiro voltado a um estado da arte baseado em referências bibliográficas clássicas e atuais vinculadas ao ensino de Geografia e ao processo de ensino aprendizagem, com destaque para Freire (1996), Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009), Kimura (2010), dentre outros; o segundo volta-se para o relato de experiências realizadas no espaço escolar, a saber: estímulos à leitura e à escrita, utilização de músicas e obras cinematográficas, realização de aulas em campo, dentre outras; o terceiro, referenciado em Zabala (1998), se trata de uma breve discussão em torno do processo de avaliação. Em suma, considera-se que o ensino de Geografia extrapola os limites da sala de aula e que a docência se concretiza também em uma dimensão classista que supera a mera aplicação de metodologias.

Palavras-chave: Prática; Docência; Geografia.

Terra Livre	São Paulo	Ano 38, v.1, n.60, jan-jun 2023	ISSN: 2674-8355
-------------	-----------	---------------------------------	-----------------

Abstract:

This paper aims to share pedagogical practices and experiences developed in Geography classes in public schools in the municipality of Fortaleza and the state of Ceará. The study was carried out based on three operational axes: the first, focused on a state of the art based on classic and current bibliographic references linked to the teaching of geography and the teaching-learning process, with emphasis on Freire (1996), Pontuschka, Cacete and Paganelli (2009), Kimura (2010), among others; the second focuses on reporting experiences carried out in the school space, namely: encouraging reading and writing, using music and cinematographic works, conducting classes in the field, among others; the third, referenced in Zabala (1998), is a brief discussion around the evaluation process. In short, it is considered that the teaching of geography goes beyond the limits of the classroom and that teaching also takes place in a class dimension that goes far the mere application of methodologies.

Keywords: Practice; Teaching; Geography.

Resumen:

Este artículo comparte prácticas pedagógicas desarrolladas en clases de Geografía en escuelas de las redes públicas de enseñanza municipal de Fortaleza y del estado de Ceará. El estudio se realizó a partir de tres ejes operativos: el primero se enfoca en un estado del arte basado en referencias bibliográficas clásicas y actuales vinculadas a la enseñanza de la Geografía y al proceso de enseñanza-aprendizaje, con énfasis em Freire (1996), Pontuschka, Cacete y Paganelli (2009), Kimura (2010); el segundo se centra en el relato de experiencias realizadas en el espacio escolar, a saber: fomento de la lectura y escritura, uso de músicas y obras cinematográficas, realización de clases en campo, entre otras; el tercero, referenciado en Zabala (1998), consiste en una breve discusión en torno al proceso de evaluación. En resumen, se considera que la enseñanza de la Geografía trasciende los límites del aula y que la docencia se concreta también en una dimensión classista.

Palabras clave: Práctica; Docencia; Geografía.

Introdução

Pensar a prática docente em Geografia é um instigante exercício, pois, para realizá-lo, além de considerarmos a multiplicidade de conteúdos e temas sobre os quais esta ciência e disciplina escolar se debruça, devemos, também, atentar à gama de situações que envolvem o espaço escolar.

Num sentido mais amplo, devemos ainda considerar que a/o docente em Geografia é também integrante de uma categoria profissional e que, por vezes, sua atuação exige participação em espaços e momentos externos ao espaço escolar.

Este artigo compartilha práticas pedagógicas e experiências desenvolvidas em escolas das redes públicas de ensino municipal de Fortaleza e estadual do Ceará¹. Em termos específicos, objetiva-se a realização de um estado da arte que nos permita interpretar a formação de novas e novos docentes em Geografia, bem como utilizar as experiências desenvolvidas em sala de aula como acervo para a produção de conhecimento sobre a geografia escolar.

O estudo foi realizado a partir de dois eixos operacionais:

- o primeiro voltado a um estado da arte baseado em referências bibliográficas clássicas e atuais vinculadas ao ensino de Geografia e ao processo de ensino aprendizagem, com destaque para Freire (1996), Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009), Kimura (2010), Kaercher (2013), dentre outros;

¹ O primeiro movimento de elaboração deste trabalho se deu por ocasião de uma reunião promovida em uma das escolas com a finalidade de compartilhar práticas pedagógicas, realizada em 2019.

- o segundo volta-se às experiências realizadas no espaço escolar, a saber: estímulo à leitura e à escrita; utilização de linguagens e recursos não-convencionais, sendo destaque a utilização de músicas e obras cinematográficas produção de fanzines realização de aulas em campo e promoção de rodas de conversa e palestras.
- o terceiro realiza uma breve discussão acerca do processo de avaliação em duas perspectivas: a institucional, tal como presenciamos nas escolas, e outra que destaca a importância de nos percebermos no procedimento avaliativo.

O que aqui se demonstra é a tentativa cotidiana de aplicação de preceitos teórico-metodológicos há muito discutidos no âmbito da educação e do ensino de Geografia, que, em nossa compreensão, são fundamentais na construção de uma prática docente que estimule a autonomia dos estudantes e a construção de conhecimentos críticos e conectados às questões emergentes na vida social. Desde já, ponderamos que os temas desdobrados por ocasião deste trabalho partem de nossas vivências nas escolas. Não pretendemos, pois, estabelecer qualquer manual de práticas pedagógicas, ou, delimitar aquilo que deve ser o processo ensino-aprendizagem a qualquer outro docente.

Reflexões sobre a prática docente

O exercício da docência exige o constante ato de (re)pensar nossa prática em sala de aula, nas relações com os estudantes e na nossa relação com o objeto a ser estudado. É nesse sentido que Freire (1996) discorre sobre o ato de ensinar-aprender. Podemos, portanto,

associar esta ação a um constante processo de formação: docente, mas, sobretudo, humanístico.

É necessário compreender que a educação se dá não apenas na escola e que

Há uma articulação indissociável entre o fazer e o pensar, há uma incessante e imensa atividade na percepção, e na sensibilidade. Há um fazer, uma ação por parte dos órgãos da percepção que, na verdade, constituem um feixe complexo interligado, que é a experiência sensível. O ser humano, sendo efetivamente um ser ativo, relaciona-se com o mundo exterior pela ação, que articula o pensamento e a realidade exterior. (Kimura, p. 46, 2010).

A afirmação de Kimura vai ao encontro do que comenta Freire (1996): a aprendizagem é anterior ao ensino. Nossos estudantes não podem ser alcançados pelos conteúdos que nos propomos trabalhar se antes não compreendemos que, por mais jovens que sejam, trazem consigo uma bagagem de conhecimentos preestabelecidos sobre várias dimensões da realidade objetiva: comportamentos, habilidades, percepções sobre o espaço...

No contexto escolar os elementos de ensino-aprendizagem se põem em relação dialética, de modo que um não existe sem o outro, o que exige de professoras e professores abertura ao que se pode aprender e discutir durante suas aulas, com o devido rigor ético e metodológico (Freire, 1996).

Em acordo com Freire (1996), Kimura (2010), Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009), entendemos a docência como a possibilidade de articulação entre o mundo percebido e apreendido e o conhecimento formal, entre a teoria e a prática, ou ainda, o processo de construção de indivíduos com capacidade de perceber e interagir criticamente com o mundo que lhes cerca.

Tais concepções nos põem um novo questionamento: que Geografia desenvolver? Não tratamos, é claro, da sugestão de uma nova corrente do pensamento geográfico, mas das potencialidades apresentadas pelo ensino de Geografia uma vez que as convicções teórico-metodológicas de professoras e professores guiam suas práticas de ensino.

Consideramos que o ensino de Geografia deve estar voltado à emancipação dos indivíduos, à construção de uma sociedade equânime, e isto passa diretamente pela elaboração de situações de ensino-aprendizagem que ponham os estudantes a se perceberem no espaço geográfico em múltiplas dimensões, tal como nos aponta Rossi (2018), ou, nas palavras de Kaercher (2013, p. 225), “é preciso formar uma consciência espacial para a prática da cidadania”. Pereira, Rocha e Chaves (2016, p. 35) apontam que “a união dialética entre teoria e prática, a práxis efetivamente construída, contribui para a transformação de realidades que não estão fomentando processos humanizadores”.

No sentido da construção de leitura de mundo, partimos do entendimento que as relações entre sociedade e natureza, bem como seus reflexos históricos, se materializam no que conhecemos como espaço geográfico. Sobre isso, Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009) expõem que

A Geografia, como disciplina escolar, oferece sua contribuição para que alunos e professores enriqueçam suas representações sociais e seu conhecimento sobre as múltiplas dimensões da realidade social, natural e histórica, entendendo melhor o mundo em seu processo ininterrupto de transformação, o momento atual da chamada mundialização da economia (p. 38).

No espaço escolar, o ensino de Geografia oportuniza aos docentes o diálogo com os mais diferentes temas e realidades, o que,

a nosso ver, é mais um desafio que uma facilidade. Souza Neto (2008, p. 48-49) aponta que

Em uma diversidade assim, pensar o espaço tornou a tarefa complexa aos professores de Geografia; mas, de certa forma, acabou com a ideia de que o espaço geográfico é uma coisa fixa, morta, petrificada. Então agora é preciso, para compreender a realidade, saber, por exemplo, por que na mesma feira se oferecem miçangas paraguaias e comida local, de onde vêm as mercadorias, como os novos hábitos mudaram a paisagem da cidade, qual a relação dos mais novos com o lugar em que eles nasceram e crescem, como convivem o menino de recado e o aficionado em jogos eletrônicos, o seu Zé da bodega da esquina e o grande supermercado, como as antigas famílias que viviam no campo se adaptam à cidade, como os trabalhadores rurais se transformam em operários fabris, qual a importância dos aposentados para a economia local.

Assim sendo, o trabalho docente só é possível a partir do devido planejamento das atividades pedagógicas. Não se trata aqui de planejamento apenas enquanto a carga horária garantida em lei² para o desenvolvimento dessa e outras tarefas, mas, ao ato, em si, de se pensar estrategicamente (independentemente do espaço físico ou momento) o que se pretende realizar.

O planejamento deve estar atrelado à concepção de ensino e perspectivas metodológicas adotadas. Kimura (2010, p. 84) diz que

Se o empenho estiver voltado para um ensino inovador, democrático e dialógico, planejá-lo significa voltar-se para essa perspectiva. É ela que estará levando à escolha dos temas de estudo, à elaboração e organização dos procedimentos e ações para o seu desenvolvimento, aos momentos, às sequências e à articulação entre os mesmos, bem como à criação de condições para a concretização

² Lei 11.738, de 16 de julho de 2008, conhecida popularmente como “Lei do Piso”. Estabelece o piso salarial do magistério no Brasil e define 1/3 da carga horária para atividades de planejamento.

desse ensino. Há uma situação de provisoriade nesse planejamento, pois podem advir, por vezes, novas necessidades que se interpõem, merecendo que coloquemos ou retiremos determinados aspectos ou etapas. Porém, se tivermos clareza dos rumos que nos levam àqueles objetivos do ensino, as modificações que porventura sejam feitas significarão que estamos em sintonia com a dinâmica da realidade escolar. É nessas condições que vemos a possibilidade de o planejamento ser não um ato meramente burocrático, mas, um instrumento democrático.

Portanto, um bom planejamento, por mais paradoxal que pareça, deve estar aberto a situações que somente a espontaneidade vivida em sala de aula pode proporcionar, pois, assim, entendemos ser possível conduzir a reflexões, à ampliação da compreensão de mundo, a um crescente interesse pelo conhecimento por parte dos estudantes.

Experiências desenvolvidas

Compartilharemos aqui algumas práticas realizadas desde o ano de 2018 na esperança de colaborarmos como suporte ou com material comparativo para as atividades de colegas professoras e professores de Geografia.

As ações relatadas encontram apoio na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), na Competência Específica 1 da área de Ciências Humanas:

Analisar processos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais nos âmbitos local, regional, nacional e mundial em diferentes tempos, a partir de procedimentos epistemológicos e científicos, de modo a compreender e posicionar-se criticamente com relação a esses processos e às possíveis relações entre eles (BRASIL, 2017, p.559).

Ainda mais especificamente, se apoia na habilidade 6 (EM13CHS106), da referida competência:

Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e de diferentes gêneros textuais e as tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2017, p.560).

Estímulos à leitura e escrita

Começaremos, pois, pelo mais básico: leitura e escrita, uma vez que o desenvolvimento destas habilidades é fundamental para a compreensão dos conteúdos de qualquer disciplina escolar, portanto, não deve estar restrito apenas às intervenções promovidas por colegas da área Linguagens e Códigos e suas Tecnologias - com destaque aos da Língua Portuguesa.

Nas aulas de Geografia buscamos possibilitar momentos de leitura sendo frequente o uso de textos selecionados no livro didático, textos complementares e textos jornalísticos. Para nós é imprescindível o estímulo à interpretação de textos, pois, a capacidade de decodificar os escritos pode facilitar a compreensão do espaço geográfico, na medida que, a habilidade da interpretação, se expande além dos textos escritos.

Em 2019, participamos de um projeto interdisciplinar proposto em uma das escolas que atuamos, chamado “Entrelaçando Saberes”, que objetivava a discussão de conteúdos a partir do livro O Quinze, de Rachel de Queiroz. Com base nesta leitura, pudemos trabalhar, em formato de roda de conversa juntamente a estudantes do Ensino Médio, temas como os aspectos ambientais e políticos

associados ao fenômeno das secas, migrações, e os campos de concentração para flagelados da seca que existiram no Ceará no começo do século XX.

Como incentivo à escrita, temos orientado atividades de produção de redações a partir de diferentes temas motivadores, também de resumos e fichamentos sobre textos e conteúdos selecionados, com o objetivo de colaborar com o desenvolvimento do pensamento crítico pelos estudantes. Tais atividades são particularmente interessantes pela possibilidade que oferecem de contextualização com fatos do cotidiano.

Utilização de linguagens e recursos diversos

Para além do estímulo à leitura e escrita, e, ainda amparados pela EM13CHS106, a busca pela utilização de diversas linguagens para o ensinar-aprender Geografia tem sido uma constante, no sentido de proporcionar um ensino conectado com a vida social atual, como nos aponta Cavancanti (2008).

Não questionamos a validade do uso do livro didático, longe disso, mas, como aponta Vesentini (2009), este material deve ser entendido como um meio e não o fim no processo ensino-aprendizagem. Portanto, é parte da atividade pedagógica a experimentação e descoberta de materiais e recursos que a dinamizem.

Nesse sentido, Oliveira e Holgado (2016) refletem o potencial que o uso de músicas tem na dinamização de situações de ensino-aprendizado, além de sugerirem caminhos metodológicos para sua aplicação. Em nossa experiência, as músicas, usadas em diferentes contextos e para o debate de diferentes conteúdos, além de

dinamizarem as aulas, se mostram importantes na expansão dos horizontes culturais de professores e estudantes.

Apresentamos a seguir, uma lista de algumas das músicas que têm sido utilizadas e os temas debatidos a partir das mesmas.

Música	Artista	Temática
A cidade Da lama ao caos	Nação Zumbi	Geografia Urbana Organização do espaço urbano
Do Brasil	Vander Lee	Geografia Agrária Relação campo- cidade
Negro drama	Racionais Mc's	Geografia Urbana Questões étnico- raciais

Alcântara e Fioravanti (2018) demonstram as potencialidades do uso de produções cinematográficas para o ensino da Geografia. Em nossas aulas, os filmes são sempre utilizados a partir do debate de um tema gerador previamente discutido. Isto é fundamental, pois demonstra aos estudantes o valor pedagógico da atividade. Os filmes e documentários que escolhemos raramente são exibidos em sua totalidade, com exceção daqueles cuja duração é compatível com a extensão da aula (considerando o tempo necessário para debatê-los).

Apresentamos a seguir, uma lista de alguns dos filmes exibidos nas aulas, e, os temas debatidos a partir destes.

Filme	Direção	Temática
Tempos Modernos	Charles Chaplin	Revolução Industrial Fordismo Trabalho
Adeus, Lênin!	Wolfgang Becker	Guerra Fria
Encontro com Milton Santos	Silvio Tendler	Globalização Geopolítica

Por último, as atividades que envolvem desenho, como a elaboração de croquis ou mapas mentais, normalmente aplicadas com as turmas de 6º ano do Ensino Fundamental II ou de 1º ano do Ensino Médio, facilitam o entendimento de princípios cartográficos básicos, além do desenvolvimento da percepção sobre o espaço e sobre a aplicabilidade dos conhecimentos geográficos, como aponta Santos (2013).

Nesse sentido, Santos, Machado Neto e Magalhães (2019), demonstraram que o processo de criação de fanzines possibilita a elaboração de métodos qualitativos de avaliação da aprendizagem. Destaca-se ainda a abrangência multidisciplinar da metodologia e a facilidade de adequação da mesma a diferentes níveis de ensino.

Desenvolvemos uma oficina de criação de fanzines sobre o processo de globalização em uma turma de 8º ano do Ensino Fundamental II (figura 1). Observou-se que a atividade possibilitou a mobilização de diversas habilidades operatórias dos estudantes, tais como as descritas por Antunes (2005), sobretudo aquelas associadas ao ato de criar algo, interpretar e sintetizar informações, analisar dados, comparar e criticar diferentes situações, e, por fim, chegar a conclusões como resultado do próprio esforço de pesquisa, ainda que em um patamar elementar.

Figura 1: Fanzines produzidos por estudantes do 8º ano do Ensino Fundamental em escola da rede pública municipal de Fortaleza



Fonte: Acervo do autor.

Realização de aulas em campo

Uma abordagem pedagógica primordial ao ensino de Geografia, sobretudo se o objetivo do ensino-aprendizagem é aguçar nos estudantes a percepção de serem eles sujeitos no espaço geográfico, se dá pela realização de aulas em campo.

Neste sentido, temos acordo com Oliveira e Assis (2009, p. 198) quando argumentam que a aula em campo

[...] não deixa de ser aula, requisitando, aos docentes e discentes, preocupação com o objetivo de estar em campo: uma construção e legitimação do pedagógico processo de formação humana dos alunos e dos próprios professores em sua trajetória profissional. A aula em campo não é um simples passeio, um dia de ócio fora da escola, o momento de alívio e brincadeiras, um caminhar para relaxar as mentes 'bagunçadas' das crianças e jovens do mundo moderno.

Com isso em mente, conduzimos turmas do Ensino Médio, a uma aula em campo na foz do rio Pacoti, limite municipal entre Fortaleza e Aquiraz, tendo por objetivos: discutir a dinâmica geoambiental da zona costeira cearense; observar diferentes

paisagens componentes da região metropolitana de Fortaleza; e, promover possibilitar a compreensão sobre a ação dos diferentes agentes produtores do espaço geográfico cearense.

O local foi escolhido por possibilitar uma ampla discussão sobre a paisagem (natural e cultural) da cidade de Fortaleza - temas recorrentes nos vestibulares da Universidade Estadual do Ceará.

Para este trabalho, foram realizadas aulas preparatórias, elaboração de material didático relacionado aos temas a serem discutidos e orientações sobre os procedimentos a serem seguidos durante a atividade.

Como finalização, realizou-se uma roda de conversa para o compartilhamento de aprendizados e avaliação coletiva da aula em campo.

Realização de palestras e rodas de conversa com convidados

A aula de Geografia não se encerra em si. Por vezes é necessário que ampliemos as abordagens levando à escola vozes e sujeitos que possam complementar nossos temas e conteúdos. Neste sentido, buscamos oportunizar, sempre que possível, a realização de palestras e rodas de conversa sobre assuntos previamente debatidos em nossas aulas.

Experiência instigante se deu quando convidamos colegas ativas nos movimentos feministas em Fortaleza para uma roda de conversa com o tema “Desigualdade de gênero e Feminismo(s)” (figura 2), em complemento às aulas sobre características populacionais brasileiras em turmas do 3º ano do Ensino Médio.

Nossa intenção era discutir junto aos nossos estudantes temas emergentes na sociedade atual, além de provocar debates,

possibilitar o confronto de opiniões diversas e ampliar as percepções acerca de diferentes realidades.

Figura 2: Roda de conversa “Desigualdade de gênero e Feminismo(s)”



Fonte: acervo do autor.

Breves considerações sobre avaliação na prática docente

Zabala (1998) considera que a avaliação é uma das etapas fundamentais do processo educativo e que deve observar mais que tão somente resultados de exames regularmente aplicados.

Sendo assim, a exigência de resultados cristalizados em notas ao fim dos bimestres demanda, ao longo do ano letivo, a utilização de metodologias igualmente rígidas, tais como a aplicação de provas de múltipla escolha. Empiricamente, observamos que essa imposição provoca vícios na prática avaliativa de professoras e professores, sobretudo, por pensar esse processo apenas como “um instrumento sancionador e qualificador, em que o sujeito da avaliação é o aluno e

somente o aluno, e o objeto da avaliação são as aprendizagens realizadas segundo certos objetivos mínimos para todos” (Zabala, 1998, p.195).

Entendemos, no entanto, que as dinâmicas da vida escolar, da cidade e das relações pessoais dos estudantes devem ser consideradas em dada medida em nosso processo avaliativo. Dessa forma, não vemos a quantificação e o simples caráter diagnóstico como suficientes para a definição da qualidade do processo ensino-aprendizagem desenvolvido. Tentamos, portanto, avançar à agregação de aspectos da avaliação formativa em nossas práticas, especialmente pela incorporação do conselho de classe³ como etapa da avaliação.

Se é de amplo entendimento que nossas escolas ainda guardam fortemente princípios de avaliação meramente quantitativos, pensamos que este fato não é de responsabilidade, necessariamente, dos núcleos gestores das escolas ou dos docentes, estando mais relacionado à estrutura educacional que visa notas altas, resultados positivos nas avaliações externas, e aprovação em vestibulares como sinônimo de sucesso.

Sousa (2013) pontua que a avaliação está para além da quantificação do desempenho dos estudantes e que deve caminhar associada ao projeto de escola que se tem e que se pretende construir, sendo nosso desafio contribuir para o desenvolvimento de formas de avaliação que pensem os indivíduos e instituições integralmente.

Finalmente, se compreendemos que a prática avaliativa deve se dar de forma integral, não podemos, pois, nos excluir do processo.

³ Atividade recorrente nas escolas, o conselho de classe consiste num momento em que corpo docente e núcleo gestor debatem coletivamente aspectos relevantes à avaliação de cada estudante.

É necessário que estejamos dispostos a pensar nossa docência em múltiplas dimensões. É fundamental assumir que, mesmo as boas práticas pedagógicas, não se encerram em si. Num exercício dialético de compreensão da atividade docente, é necessário tecer autocríticas.

Destacamos aspectos que consideramos fundantes e, portanto, elementos constantes na revisão e aprimoramento de nossa prática (que, eventualmente, podem colaborar na reflexão de outros docentes sobre as suas próprias), a saber:

1. Sistematização/periodicidade das atividades

Embora compreendamos, que um bom planejamento deve estar preparado para o imponderável, a sistematização das práticas adotadas é primordial. Não se constrói ensino-aprendizagem de improviso. Deve-se avançar na definição de objetivos e estratégias de ensino, a fim de potencializar os momentos de aula.

2. Ampliar o protagonismo dos estudantes

Nem sempre a dinâmica escolar nos permite maior estímulo ao protagonismo estudantil. No entanto, sempre que possível devemos incentivar as/os estudantes a buscarem de forma autônoma a construção dos próprios conhecimentos, a despeito da possível resistência dos mesmos, ou, de colegas professoras e professores que não estejam sintonizados com essa perspectiva.

3. Desenvolvimento de projetos interdisciplinares

Em nossa experiência comprovamos o que Pontuschka, Cacete e Paganelli (2009) apontam: aulas ou temas integrados, que caminham à interdisciplinaridade, atraem os estudantes e agregam maior aprendizado. Por nos moverem do lugar comum, estratégias de ensino interdisciplinares são desafiadoras. Empiricamente, observamos que, não sendo possível a prática interdisciplinar, momentos de discussão multidisciplinar dos conteúdos já oferecem

uma boa alternativa à elaboração de situações significativas de ensino-aprendizagem.

4. Avançar na autoavaliação de metodologias e prática

Não podemos nos distanciar do processo avaliativo. Pelo contrário, somos também objetos de avaliação. A constante reflexão sobre as práticas desenvolvidas aponta caminho para nosso aperfeiçoamento profissional.

5. Registrar, expor e aproveitar academicamente experiências exitosas

Experiências exitosas de ensino devem ser compartilhadas com a comunidade acadêmica pela possibilidade de suscitar reflexões aos colegas, e, colaborar com a formação de novas e novos docentes. Isto é possível apenas com o registro de atividades, e com o devido rigor metodológico em sua aplicação.

6. Participar dos espaços de debate político da categoria

Consideramos este aspecto particularmente importante. Ninguém é professora ou professor sozinho. Para além dos nossos estudantes, nossa atuação tem reflexo em toda a categoria docente, afinal, uma boa professora, um bom professor, eleva nossa importância na sociedade.

Sobretudo, é imperativo que, enquanto integrantes de uma categoria profissional, estejamos disponíveis a colaborar com nossas pautas/lutas coletivas, e não apenas daquelas por reajustes salariais. Freire (1996, p. 66) coloca que “a luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética. Não é algo que vem de fora da atividade docente, mas algo que dela faz parte”. Isto exige, dentre outras coisas, fortalecer nossos

sindicatos, estar presente nos atos e manifestações, nos inteirar dos debates políticos que nos rodeiam.

Por último, ainda no âmbito da ética profissional, é necessário estudar (Freire, 1996). Compreender que nossa formação não se encerra na conclusão da graduação. Que, dentro de nossas condições, devemos buscar atualização.

Considerações finais

O ensino de Geografia pode colaborar significativamente para a compreensão da complexidade do mundo em que vivemos. No âmbito escolar, mais especificamente aos docentes, essa condição reivindica a elaboração de situações de ensino-aprendizagem que conduzam as/os estudantes à percepção de seus papéis na sociedade, à tomada de consciência de que são sujeitos no espaço geográfico.

Portanto, pensar a prática docente deve ser exercício constante entre professoras e professores que visam potencializar sua atuação. Esta tarefa se apresenta em múltiplas dimensões: a da compreensão teórica da práxis educativa, a das práticas pedagógicas em si, a do processo avaliativo.

Comprendemos que, pela (re)avaliação de nossa docência, nos tornamos capazes de aprimorá-la. A nosso ver, a prática docente está para além da dimensão pedagógica e perpassa, necessariamente, a condição de classe (categoria profissional), dotada de demandas que existem no interior e no exterior do espaço escolar.

Nossa atuação deve estar tão voltada ao desenvolvimento e aplicação de metodologias que dinamizem as aulas e facilitem o aprendizado quanto à garantia de nossa própria existência,

sobretudo, numa sociedade que questiona o papel e a importância de professoras e professores.

Referências

ALCÂNTARA, W. M. de; FIORAVANTI, L. M. Exibição de filmes no ensino de Geografia: relato de uma experiência. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, Recife, v. 1, n. 2, p. 163-177, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ensinodegeografia/article/view/240431/31714>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ANTUNES, C. **Aprendendo o que jamais se ensina**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

_____. **Lei 11.738, de 16 de Julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Brasília: Câmara Federal, [2008]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 19 jun. 2020.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade: Ensaios sobre o ensino de geografia para a vida cotidiana**. Campinas: Papirus, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KAERCHER, N. A. O gato comeu a Geografia Crítica? Alguns obstáculos a superar no ensino-aprendizagem de Geografia. *In*: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 221-231.

KIMURA, S. **Geografia no ensino básico – questões e propostas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

OLIVEIRA, C. D. M. de; ASSIS, R. J. S. de. Travessias da aula em campo na geografia escolar: a necessidade convertida para além da fábula. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.1, p. 195-209, jan./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v35n1/a13v35n1.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2020.

OLIVEIRA, V. H. N; HOLGADO, F. L. Conhecendo novos sons, novos espaços: a música como elemento didático para as aulas de Geografia. *In*: DOZENA, A. (org.). **Geografia e Música: Diálogos**. 1 ed. Natal: EDUFRN, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/21381/1/Geografia%20e%20M%c3%basica%20%28livro%20digital%29.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PEREIRA, D. A.; ROCHA, S. F. M.; CHAVES, P. M. O Conceito de *práxis* e a formação docente como ciência da educação. **Revista de Ciências Humanas**, Frederico Westphalen, v. 17, n. 9, p. 31-45, dez. 2016. Disponível em: <http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/view/2307/2182>. Acesso em: 26 set. 2019.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

ROSSI, R. Ensino de Geografia e Sociedade. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 208 set. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/43066>. Acesso em: 19 jun. 2020.

SANTOS, C. Desenhos e mapas no ensino de Geografia: a linguagem visual que não é vista. **Geograficidade**, Volume 3, Número Especial Primavera, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12876/pdf>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SANTOS, K. M. C. dos; MACHADO NETO, E. P.; MAGALHÃES, D. C. Metodologia para o ensino de Geografia Física: uma experiência sobre a produção de fanzines como instrumentos pedagógicos. *In*: Congresso Nacional de Educação, 6., 2019, Fortaleza. **Anais**. Campina Grande: Editora Realize, 2019.

SOUSA, S. M. Z. L. Avaliação escolar em uma perspectiva participativa. *In*: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de. (org.). **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa**. 4 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013. p. 367-371.

SOUSA NETO, M. F. de. **Aula de Geografia e algumas crônicas**. 2 ed. Campina Grande: Bagagem, 2008.

VESENTINI, J. W. A questão do livro didático no ensino de Geografia. *In*: VESENTINI, J. W. (org.). **Geografia e ensino: textos críticos**. 11ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2009. p. 161-180.

ZABALA, A. **A prática educativa - como ensinar**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Submetido em: 18 de setembro de 2023

Devolvido para revisão em: 30 de outubro de 2023

Aprovado em: 15 de novembro de 2023

DOI10.62516/terra_livre.2023.3164

COMO CITAR:

CARNEIRO MAGALHÃES, D. Prática docente em Geografia: reflexões e experiências. **Terra Livre**, São Paulo, ano 38, v.1, n. 60, jan-jun. 2023, p. 59-80. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/3164>. Acesso em: dia/mês/ano.